

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
São Gabriel Saneamento S.A
São Gabriel - RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **São Gabriel Saneamento S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CFC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2026.

São Gabriel Saneamento S.A.

**Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2025 | 2024 | Passivo e patrimônio líquido | Nota | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------------------|-------------|----------------|----------------|--------------------------------------------------|-------------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.482 | 8.334 | Fornecedores | | 583 | 971 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 9.285 | 7.473 | Debêntures e financiamentos | 12 | 5.108 | 6.829 |
| Adiantamento a fornecedores | | 481 | 1.467 | Arrendamento mercantil | 9 (b) | 313 | 549 |
| Estoques | | 858 | 750 | Salários e encargos sociais | 13 | 1.566 | 967 |
| Tributos a recuperar | | 1.056 | 809 | Tributos a recolher | 14 (a) | 1.426 | 663 |
| Outros ativos | | 207 | 23 | Outros passivos | | 73 | 1 |
| | | 14.369 | 18.856 | | | 9.069 | 9.980 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Aplicações financeiras | 5 | 5.441 | 6.330 | Debêntures e financiamentos | 12 | 93.627 | 93.981 |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | 22 | Arrendamento mercantil | 9 (b) | 568 | 880 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 (b) | - | 173 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 (b) | 2.792 | - |
| Partes relacionadas | 7 | 1.170 | 1.170 | Tributos a recolher | 14 (a) | 791 | - |
| Outros ativos | | 48 | 35 | Dividendos a pagar | 16 | 1.635 | 1.635 |
| | | 6.659 | 7.730 | Provisão para contingências | 15 | 48 | 48 |
| | | | | | | 99.461 | 96.544 |
| Ativos de direito de uso | 9 (a) | 1.000 | 1.525 | Patrimônio líquido | | | |
| Ativo de contratos | 8 | 20.042 | 24.226 | Capital social | 17 (a) | 5.483 | 5.483 |
| Imobilizado | 10 | 1.007 | 1.081 | Reservas de lucros | 17 (c) | 18.365 | 10.129 |
| Intangível | 11 | 89.301 | 68.718 | | | 23.848 | 15.612 |
| | | 111.350 | 95.550 | | | | |
| Total do ativo | | 132.378 | 122.136 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 132.378 | 122.136 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Gabriel Saneamento S.A.**Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

| | Nota | 2025 | 2024 |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------|---------------|
| Operações continuadas | | | |
| Receita líquida de serviços | 18 | 35.017 | 30.316 |
| Receita de construção | | 20.612 | 15.318 |
| Custo dos serviços prestados | 19 | (20.552) | (18.037) |
| Custo de construção | | (20.612) | (15.318) |
| Lucro bruto | | 14.465 | 12.279 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (360) | (514) |
| Reversão (provisão) para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa | 20 | 349 | (20) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | 277 | (102) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | 14.731 | 11.643 |
| Resultado financeiro | | | |
| Resultado financeiro, líquido | 21 | (2.786) | (10.627) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 11.945 | 1.016 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 22 | (744) | (274) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 22 | (2.965) | (173) |
| Lucro líquido do exercício | | 8.236 | 569 |
| Lucro líquido por ação (em reais) | 17 (d) | 1,50 | 0,10 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Gabriel Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 8.236 | 569 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u>8.236</u> | <u>569</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Gabriel Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | | Total do | |
|-----------------------------------------|---------------------------|--------------|---------------------------|---------------------------|---------------|
| | Capital social | Legal | Reservas de lucros | lucros | |
| | | | | acumulados | |
| | | | | patrimônio líquido | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | 5.483 | 1.097 | 8.463 | - | 15.043 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 569 | 569 |
| Constituição de reservas | | | 569 | (569) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 5.483 | 1.097 | 9.032 | - | 15.612 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 8.236 | 8.236 |
| Constituição de reservas | | | 8.236 | (8.236) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 5.483 | 1.097 | 17.268 | - | 23.848 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Gabriel Saneamento S.A.**Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de reais)*

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 11.945 | 1.016 |
| Ajustes: | | |
| Depreciação | 153 | 147 |
| Amortização de intangível | 4.881 | 3.929 |
| Amortização de ativos de direito de uso | 525 | 525 |
| Amortização de custo de transação | 181 | 202 |
| Encargos financeiros de financiamentos e debêntures | 3.265 | 12.541 |
| Encargos financeiros de arrendamento mercantil | 113 | 41 |
| Provisão (reversão) para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa | (349) | 20 |
| | 20.714 | 18.421 |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| Aplicação financeira | 889 | - |
| Contas a receber de clientes | (1.441) | 735 |
| Adiantamentos a fornecedores | 986 | 420 |
| Tributos a recuperar | (74) | (809) |
| Estoques | (108) | (39) |
| Outros ativos | (197) | 25 |
| Partes relacionadas | - | (1.170) |
| Fornecedores | (388) | 1 |
| Salários e encargos sociais | 599 | (446) |
| Tributos a recolher | 1.990 | 336 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (917) | (235) |
| Provisão para contingências | - | 29 |
| Outros passivos | 72 | 17 |
| | 1.411 | (1.136) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 22.125 | 17.285 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (436) | (40) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 21.689 | 17.245 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adições ao investimento | - | (252) |
| Adições ao imobilizado | (79) | (536) |
| Adições aos ativos de contratos | (11.793) | (15.318) |
| Adições ao ativo intangível | (831) | (164) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (12.703) | (16.270) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Pagamentos de financiamentos e debêntures | (14.177) | (15.299) |
| Pagamentos de arrendamentos | (661) | (662) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (14.838) | (15.961) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | (5.852) | (14.986) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 8.334 | 23.320 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 2.482 | 8.334 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | (5.852) | (14.986) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Informações gerais

A São Gabriel Saneamento S.A. (“São Gabriel” ou “Companhia”) é a concessionária responsável pelo abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto na cidade de São Gabriel – RS, conforme contrato nº 051/2012 (“Contrato de Concessão”). Em 2024, a Companhia passou a controlada de forma direta pela Sociedade de Participação em Projetos de Saneamento Ltda. (“SPPS”) e de forma indireta pela Norte Saneamento S.A. (“Norte Saneamento”), empresa de atuação nacional, criada para investir em operações de saneamento em cidades brasileiras de pequeno e médio portes.

O período de concessão é de 30 anos, contados a partir de março de 2012, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos.

Além do reajuste tarifário anual, com base na variação oficial do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), está previsto no Contrato de Concessão revisão periódica ordinária, a cada 5 anos, objetivando a distribuição de ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado e distorções positivas e negativas nos custos dos serviços prestados. Os ativos reversíveis correspondem a 100% dos itens necessários para execução do escopo de concessão.

1.1) Marco regulatório de saneamento

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026 que atualizou o marco legal do saneamento (“Novo Marco Regulatório de Saneamento”) e extinguiu, através de veto presidencial e ratificação do veto pelo Congresso, a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através da Gestão Associada. A partir desta data, não há mais como o Município delegar tais serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação.

Em função das diretrizes estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento, que determina metas de universalização de 99% de cobertura de abastecimento de água e 90% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, a Companhia vem implementando um conjunto de ações e investimentos para assegurar o atendimento das obrigações contratuais e regulatórias.

Durante o exercício, a Companhia avançou na execução de obras e na implementação de projetos estruturantes voltados à expansão da capacidade operacional e à melhoria da eficiência dos sistemas, incluindo: (i) ampliações e modernizações de Estações de Tratamento de Água e de Esgoto; (ii) reforço e substituição de redes de distribuição e coleta; (iii) implantação de novos sistemas e unidades operacionais; e (iv) investimentos em redução de perdas e melhoria da eficiência operacional.

Os investimentos realizados foram devidamente incorporados ao ativo de concessão, conforme previsto nos contratos e nas normas contábeis aplicáveis. A Administração acompanha periodicamente a evolução do plano de investimentos e reafirma que o cronograma de obras se encontra alinhado às metas de universalização exigidas para 2033.

2) Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação da Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2) Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação. Todos os valores apresentados são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 6** – Contas a receber (receitas não faturadas e provisão para perdas de recebíveis);
- **Nota explicativa 10** – Imobilizado (depreciação pela vida útil)
- **Nota explicativa 11** – Intangível (amortização pela vida útil)
- **Nota explicativa 15** – Provisão para contingências (pareceres jurídicos)

3) Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2) Contas a receber e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas de créditos ("PEC"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3) Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4) Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2) Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3) Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.5) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil dos equipamentos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.6) Ativos intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê, correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (nota 11).

A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

3.7) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.8) Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

A capitalização de juros iniciou no exercício de 2025, tendo sido incorporados ao ativo intangível o montante total de R\$ 8.658.

3.9) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.10) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- **Perda provável:** são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.
- **Perda possível:** são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- **Perda remota:** são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.11) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.12) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos são calculados com base no lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual (Lucro Real).

3.14) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

- **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- **IFRS 18** - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e

- **Alterações na IFRS 19** - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis e não espera que tenha impacto materiais sobre as suas demonstrações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4) Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| Caixa | 3 | 3 |
| Bancos conta movimento | 1.090 | 170 |
| Aplicações de liquidez imediata | <u>1.389</u> | <u>8.161</u> |
| | <u>2.482</u> | <u>8.334</u> |

As Aplicações financeiras com liquidez imediata são basicamente CDBs aplicados nos bancos com os quais a Companhia possui relação comercial.

Essas aplicações são realizadas juntos a instituições financeiras de primeira linha, pós fixados e rendem de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5) Aplicações financeiras

| <u>Instituição</u> | <u>Natureza</u> | <u>Indexador</u> | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-------------------------|-----------------|------------------|---------------------|---------------------|
| Bradesco | CDB | 100% CDI | 4.160 | 4.866 |
| Sicoob | CDB | 100% CDI | 51 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB | 100% CDI | <u>1.230</u> | <u>1.464</u> |
| | | | <u>5.441</u> | <u>6.330</u> |
| Ativo não circulante | | | <u>5.441</u> | <u>6.330</u> |

As aplicações financeiras no ativo não circulante correspondem a saldos de contas reserva vinculadas ao financiamento contratado e às debentures emitidas pela Companhia, sendo instrumentos de liquidez cedidos fiduciariamente no âmbito das referidas operações financeiras.

6) Contas a receber de clientes

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Serviços de água e esgotos | 8.657 | 7.038 |
| Serviços incorridos e não faturados | 1.149 | 917 |
| (-) Provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | <u>(521)</u> | <u>(460)</u> |
| | <u>9.285</u> | <u>7.495</u> |
| Ativo circulante | <u>9.285</u> | <u>7.473</u> |
| Ativo não circulante | <u>-</u> | <u>22</u> |

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Provisão para perdas estimadas com créditos:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| Saldo inicial | (460) | (551) |
| Provisão | (349) | - |
| Reversão | 288 | 91 |
| Saldo final | <u>(521)</u> | <u>(460)</u> |

A mensuração das perdas esperadas de crédito relativas às contas a receber de clientes leva em consideração uma matriz baseada no histórico de inadimplência segmentado por faixas de vencimento (*aging list*), que reflete as perdas esperadas, com base no padrão de recebimento da Companhia. A matriz utilizada é elaborada com base no histórico retrospectivo observável das carteiras e nas perdas identificadas, atualizada a cada ano.

A Administração entende que a adoção dessa metodologia reflete o risco de crédito da Companhia e assegura maior consistência e tempestividade no reconhecimento de perdas, em linha com as melhores práticas contábeis vigentes.

A Companhia possui, no âmbito de seus contratos de financiamento e da emissão de debêntures, garantias fiduciárias que abrangem direitos creditórios decorrentes de suas operações, os quais são operacionalizados por meio de contas vinculadas e mecanismos de centralização de recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

(b) Análise de vencimentos do contas a receber:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------|---------------------|---------------------|
| Faturas a vencer | 4.432 | 2.589 |
| Parcelamentos a vencer | | 499 |
| Vencidas | | |
| Até 30 dias | 1.284 | 1.533 |
| De 31 a 60 dias | 446 | 498 |
| De 61 a 90 dias | 211 | 179 |
| De 91 a 180 dias | 312 | 260 |
| De 181 a 360 dias | 467 | 415 |
| Acima de 361 dias | 1.505 | 1.065 |
| | <u>8.657</u> | <u>7.038</u> |

7) Partes relacionadas

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| Ativo não circulante | | |
| Norte Saneamento S.A. | 927 | 927 |
| Sul Concessões S.A. | 243 | 243 |
| | <u>1.170</u> | <u>1.170</u> |

Os valores repassados a Norte Saneamento e a Sul Concessões S.A., correspondem ao apoio operacional fornecido pela estrutura de São Gabriel em estudos de mercado e captação de recursos e emissão de debêntures pelas empresas do Grupo.

São Gabriel Saneamento S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***8) Ativo de contratos**

| | <u>Saldo inicial</u> | <u>Adições</u> | <u>Transferência para intangível</u> | <u>Saldo final</u> |
|-----------------------------------------|----------------------|----------------|--------------------------------------|--------------------|
| Obras em andamento: | | | | |
| Sistema de abastecimento de água | 24.226 | 20.612 | (24.796) | 20.042 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 24.226 | 20.612 | (24.796) | 20.042 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 8.908 | 15.318 | - | 24.226 |

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

Além dos investimentos realizados, a Companhia capitalizou aos ativos de contrato o montante de R\$ 8.665 relativo aos juros de financiamentos diretamente atribuíveis às obras dos ativos de concessão, em conformidade com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

O saldo inclui também materiais e itens de estoque destinados à utilização nas obras, os quais serão apropriados ao ativo conforme forem incorporados aos projetos em execução, no montante de R\$ 1.364.

9) Ativos de direito de uso e arrendamento mercantil**(a) Ativos de direito de uso**

| | <u>Máquinas e equipamentos</u> | <u>Equipamentos de informática</u> | <u>Veículos</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|-----------------|--------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | - | - | - | - |
| Adições | 1.285 | 65 | 700 | 2.050 |
| Amortização | (328) | (22) | (175) | (525) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 957 | 43 | 525 | 1.525 |
| Amortização | (328) | (22) | (175) | (525) |
| Saldo em 31 de dezembro 2025 | 629 | 21 | 350 | 1.000 |
| <i>Prazo de contrato</i> | <i>60 meses</i> | <i>36 meses</i> | <i>48 meses</i> | |

Os contratos arrendados são basicamente relativos à locação de máquinas e equipamentos pesados, veículos e computadores. A Companhia adotou como taxa incremental IPCA + 8,32% a.a. que foi a taxa de captação da Debêntures da 1ª emissão da Companhia.

(b) Arrendamento mercantil

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 1.429 | - |
| Adições | - | 2.050 |
| Apropriação de juros | 113 | 41 |
| Amortização de principal e juros | (661) | (662) |
| Saldo em 31 de dezembro | 881 | 1.429 |
| Passivo circulante | 313 | 549 |
| Passivo não circulante | 568 | 880 |
| Vencimento | | 2025 |
| 2027 | | 568 |
| Passivo não circulante | | 568 |

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10) Imobilizado

| | Móveis e utensílios | Computadores e periféricos | Veículos | Veículos pesados | Aparelhos de comunicação | Equipamentos operacionais | Total |
|----------------------------------------|---------------------|----------------------------|------------|------------------|--------------------------|---------------------------|--------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 48 | 106 | 217 | 13 | - | 335 | 719 |
| Adições | - | 30 | 129 | 11 | 2 | 364 | 536 |
| Baixas | - | (10) | (17) | - | - | - | (27) |
| Depreciação | (11) | (35) | (61) | - | (28) | (12) | (147) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 37 | 91 | 268 | 24 | - | 687 | 1.081 |
| Adições | 7 | 23 | - | 47 | 2 | - | 79 |
| Depreciação | (10) | (31) | (71) | - | (41) | - | (153) |
| Saldo em 31 de dezembro 2025 | 34 | 83 | 197 | 71 | - | 687 | 1.007 |
| Taxa média de depreciação % a.a. | 10% | 20% | 25% | 25% | 10% | 25% | |

11) Intangível

| | Sistema de abastecimento de água | Sistema de esgoto sanitário | Edificações e construção cível | Máquinas e equipamentos | Software | Outorga | Desenvolvimento de novos negócios | Total |
|----------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|-------------------------|------------|--------------|-----------------------------------|---------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 10.641 | 56.834 | 1.119 | 998 | - | 1.239 | 1.653 | 72.484 |
| Adições | 1 | - | - | 2 | - | - | 160 | 163 |
| Amortização | (378) | (3.069) | (69) | (255) | - | (67) | (91) | (3.929) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 10.264 | 53.765 | 1.050 | 745 | - | 1.172 | 1.722 | 68.718 |
| Adições | - | - | 32 | 254 | 545 | - | - | 831 |
| Amortização | (582) | (3.545) | (68) | (405) | (84) | (66) | (131) | (4.881) |
| Transferências de ativo de contrato | 12.002 | 11.602 | - | 1.192 | - | - | (163) | 24.633 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 21.684 | 61.822 | 1.014 | 1.786 | 461 | 1.106 | 1.428 | 89.301 |
| Taxa média de amortização % a.a. | (*) | (*) | 4,0% | 10,0% | 20,0% | 3,3% | 3,3% | |

(*) A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de concessão relacionados estão relacionados à prestação dos serviços de saneamento básico e ativos correspondem aos investimentos realizados com vistas à ampliação, manutenção e operação da infraestrutura necessária para a execução dos serviços concedidos. O reconhecimento ocorre à medida que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, sendo os valores condicionados à utilização do serviço pelo público.

Os bens reversíveis são todos os ativos do sistema de água e esgoto existentes por ocasião da assinatura do referido contrato e aqueles posteriormente implantados para a prestação exclusiva e permanente do serviço de água e esgoto. A Companhia tem direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados após a data da concessão, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados, desde que realizados para garantia à continuidade e atualização da prestação dos serviços abrangidos pelo contrato.

12) Debêntures e financiamentos

| Emissão | Indexador | Vencimento | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|------------------|-------------------|----------------|----------------|
| Debêntures 1ª emissão (ii) | IPCA + 8,32 % | 2040 | 67.907 | 68.523 |
| Caixa Econômica Federal (i) | TR + 7,70% | 2037 | 32.645 | 34.285 |
| | | | 100.552 | 102.808 |
| Custo de transação | | | (1.817) | (1.998) |
| Total da dívida | | | 98.735 | 100.810 |
| Passivo circulante | | | 5.108 | 6.829 |
| Passivo não circulante | | | 93.627 | 93.981 |

(i) Financiamentos

Para viabilizar os investimentos em melhorias no sistema de abastecimento de água e na ampliação do esgotamento sanitário, a Companhia contratou, em 2013, financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Saneamento para Todos.

A Companhia cumpre integralmente as obrigações previstas nesses contratos, especialmente aquelas estabelecidas na cláusula décima sexta, como a manutenção de apólices de seguro de responsabilidade civil, ambiental e riscos de engenharia, a constituição de conta reserva com recursos equivalentes a três parcelas vincendas e a adimplência com todos os tributos federais, estaduais e municipais.

Um dos compromissos mais relevantes assumidos pela concessionária é a manutenção da regularidade contratual perante o contrato de concessão. Todos os marcos e metas estabelecidos estão sendo cumpridos, incluindo a implantação do sistema de dosagem de produtos químicos na estação de tratamento de água, a implantação do sistema de telemetria, a implantação do sistema de desidratação do lodo da estação de tratamento de água, a hidrometração de 100% das ligações e a cobertura de 60% da rede coletora de esgoto.

A empresa também mantém todas as licenças ambientais, alvarás e autorizações exigidas para a operação de suas atividades. Entre elas, destacam-se a licença de operação da estação de tratamento de água, LO. 00548/2026, válida até 30/10/2029, a licença de operação do sistema de esgotamento sanitário do município de São Gabriel, LO.03171/2024, válida até 24/11/2026, e a outorga para captação de água superficial para abastecimento público, concedida pela Portaria DRHS N° 000.276/2025.

(ii) Debêntures

Em 15 de maio de 2023, realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures. Foram subscritas e integralizadas 70.000 (setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos obtidos pela emissora com as Debêntures têm sido destinados ao projeto de universalização de água e esgoto em São Gabriel/RS, e investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico, que visa ampliar e adequar os sistemas de abastecimento de água e esgoto, reduzir perdas, modernizar o sistema de distribuição de água, bem como prepará-lo para a operação até o final da concessão.

(a) Movimentação das debêntures e financiamentos:

| Emissão | Saldo inicial | Pagamentos de principal e juros | Juros incorridos | Amortização de custos de transação | Saldo final |
|----------------------------------------|----------------|---------------------------------|------------------|------------------------------------|----------------|
| Debêntures | 68.523 | (9.545) | 8.929 | - | 67.907 |
| Caixa Econômica Federal | 34.285 | (4.632) | 2.992 | - | 32.645 |
| (-) Custo de transação | (1.998) | - | - | 181 | (1.817) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 100.810 | (14.177) | 11.921 | 181 | 98.735 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 103.366 | (15.299) | 12.541 | 202 | 100.810 |

(b) Cláusulas Restritivas (*Covenants*)

Os contratos de endividamento da Companhia, contemplando a escritura da 1ª emissão de debêntures e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal, estabelecem cláusulas restritivas (*"covenants"*) que visam assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da operação e a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

Tais *covenants* contemplam, entre outros aspectos, a observância de determinados índices financeiros, bem como restrições à distribuição de dividendos durante a fase de implantação do projeto, até a conclusão dos investimentos previstos (*"completion"*), conforme definido nos respectivos instrumentos contratuais.

O Índice Financeiro Dívida Líquida/EBITDA deve ser apurado anualmente com base nas demonstrações contábeis auditadas da Companhia, sendo exigido em patamar igual ou inferior a 5,50x. Adicionalmente, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (*"ICSD"*) deverá ser apurado a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027, com exigência mínima de 1,30x.

Com base nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, a Companhia encontra-se em conformidade com as obrigações contratuais aplicáveis na presente fase da operação.

Adicionalmente, destaca-se que, em decorrência do 6º aditamento à escritura de emissão das debêntures, houve a liberação da fiança anteriormente prestada no âmbito das debêntures. Permanecem, contudo, vigentes as garantias fidejussórias relacionadas aos contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal.

(c) Garantias

No âmbito de seus instrumentos de endividamento, a Companhia constituiu garantias com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento de suas obrigações, especialmente no contexto da 1ª emissão de debêntures da Companhia, realizada nos termos da respectiva Escritura de Emissão, bem como dos contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal.

As garantias contratadas incluem, dentre outras, a cessão fiduciária de direitos creditórios, formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, a alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças, bem como a constituição de contas vinculadas, incluindo contas centralizadoras e contas reserva, destinadas ao controle e à retenção de recursos para o pagamento do serviço da dívida.

Adicionalmente, a estrutura de garantias contempla mecanismos de compartilhamento entre os credores, incluindo os debenturistas e a Caixa Econômica Federal, conforme estabelecido nos contratos aplicáveis.

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na data das demonstrações contábeis, a Companhia encontra-se adimplente com todas as obrigações relacionadas às garantias constituídas.

13) Salários e encargos sociais

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------------|--------------|-------------|
| Provisões de férias | 455 | 413 |
| Provisões de encargos | 176 | 140 |
| Encargos a recolher | 345 | 145 |
| Salários e remunerações a pagar | 590 | 269 |
| | <u>1.566</u> | <u>967</u> |

14) Tributos a recolher

(a) Tributos correntes

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------------------|--------------|-------------|
| Parcelamento de tributos federais (i) | 1.349 | - |
| IRPJ | 130 | 188 |
| CSLL | 52 | 86 |
| COFINS | 485 | 258 |
| PIS | 78 | 31 |
| Retenções de terceiros | 44 | 23 |
| ISS | 79 | 77 |
| | <u>2.217</u> | <u>663</u> |
| Passivo circulante | 1.426 | 663 |
| Passivo não circulante | 791 | - |

(i) Refere-se aos parcelamentos junto à Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 30 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa diária de 0,33% limitada a 20%.

(b) Imposto de renda (“IR”) e Contribuição social (“CSL”) diferidos

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-------------------------------------------------------|----------------|-------------|
| Ativo diferido | | |
| Prejuízo fiscal / base negativa e Juros capitalizados | 151 | 173 |
| | <u>151</u> | <u>173</u> |
| Passivo diferido | | |
| Juros capitalizados | (2.943) | - |
| | <u>(2.943)</u> | <u>-</u> |
| Total IR/CSL diferido, líquido | <u>(2.792)</u> | <u>173</u> |

O passivo fiscal diferido decorre da provisão de imposto de renda e contribuição social relacionados aos custos de financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, os quais foram capitalizados como parte do ativo intangível. A realização desse passivo ocorre à medida que o valor capitalizado for amortizado, conforme descrito na nota 3.8.

Movimentação dos tributos diferidos:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------------------------------------------------|----------------|-------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 173 | 345 |
| Constituição/realização do ativo fiscal diferido - resultado | (22) | (172) |
| Constituição/realização do passivo fiscal diferido - resultado | (2.943) | - |
| Saldo em 31 de dezembro | <u>(2.792)</u> | <u>173</u> |

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos diferidos correspondem as diferenças temporárias reconhecidas na apuração do lucro real da Companhia

15) Provisão para contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos advogados e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--------------|-------------|-------------|
| Ações cíveis | 48 | 48 |
| | <u>48</u> | <u>48</u> |

(a) Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 52 em 31 de dezembro de 2025 (2024 – R\$ 173).

16) Dividendos a pagar

O lucro líquido do exercício é destinado conforme determinado no Estatuto Social, observando se as disposições legais aplicáveis e a distribuição de dividendos obrigatórios previstos na legislação societária de 75% do lucro, limitado ao montante que tiver sido efetivamente realizado, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Dividendos a pagar | | |
| SPPS | 1.596 | 1.596 |
| Outros | 39 | 39 |
| | <u>1.635</u> | <u>1.635</u> |

No exercício de 2025 não houve destinação de lucros a título de dividendos e o valor provisionado no passivo não circulante, corresponde aos lucros anteriores a 2023, e serão realizados após a finalização do plano de investimentos da Companhia (*completion*) previsto para 2027.

17) Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 5.483 totalmente subscrito e integralizado, representado por 5.483.320 ações nominativas sem valor nominal, sendo 2.741.660 ações ordinárias e 2.741.660 de ações preferenciais.

A distribuição das quotas do capital está demonstrada a seguir:

| | | <u>Quantidade de ações</u> | | |
|------------------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| <u>Acionista</u> | <u>Participação % de ações</u> | <u>Ações ordinárias ("ON")</u> | <u>Ações preferenciais ("PN")</u> | <u>TOAL</u> |
| SPPS | 100% | 2.741.660 | 2.741.660 | 5.483.320 |
| | | <u>2.741.660</u> | <u>2.741.660</u> | <u>5.483.320</u> |

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

A reserva legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida.

Em 2025, não foi constituída a reserva legal, tendo em vista que o saldo já representa o limite obrigatório de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para a infraestrutura, conforme a administração da Companhia.

Em relação aos lucros apurados pela Companhia em 2025, é importante destacar que decorrem substancialmente da incorporação dos juros das debêntures ao ativo intangível (Nota 3.8), operação que não representa ingresso de caixa no exercício. Esses valores serão apropriados ao resultado dos exercícios seguintes, à medida em que os ativos correspondentes entrarem em operação e comecem a ser amortizados.

d) Lucro líquido por ação

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Lucro líquido do exercício | 8.236 | 569 |
| Quantidade média ponderada das ações | 5.483.320 | 5.483.320 |
| Lucro por ação - expresso em reais | <u>1,50</u> | <u>0,10</u> |

18) Receita líquida de serviços

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Serviços de abastecimento de água | 29.105 | 27.208 |
| Serviços de esgotamento sanitário | 8.931 | 5.824 |
| Serviços diversos | 417 | 208 |
| Direito a faturar | 167 | 168 |
| Impostos sobre serviços | (3.603) | (3.092) |
| | <u>35.017</u> | <u>30.316</u> |

As receitas de prestação de serviços são provenientes das obrigações de desempenho referentes aos fornecimentos de água e coleta de esgoto. O incremento no exercício corresponde basicamente a aplicação de reajuste contratual e incremento de economias, principalmente de esgotamento sanitário.

19) Custos dos serviços prestados

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--------------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Depreciação e amortização | (5.559) | (4.600) |
| Serviços de terceiros | (4.789) | (3.944) |
| Despesas com pessoal | (6.106) | (5.425) |
| Energia elétrica | (1.353) | (1.307) |
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | (2.096) | (2.245) |
| Outros custos | (649) | (516) |
| | <u>(20.552)</u> | <u>(18.037)</u> |

São Gabriel Saneamento S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***20) Despesas gerais e administrativas**

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|
| Depreciação e amortização | (4) | (4) |
| Serviços de terceiros | (356) | (486) |
| Provisão (reversão) de perdas esperadas com crédito de liquidação duvid | 349 | (20) |
| Outras despesas administrativas | - | (24) |
| | <u>(11)</u> | <u>(534)</u> |

21) Resultado financeiro, líquido

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-----------------------------------------------|----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 987 | 2.179 |
| Juros sobre contas a receber de clientes | 387 | 645 |
| Descontos obtidos | 28 | - |
| | <u>1.402</u> | <u>2.824</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros/encargos sobre empréstimos e debêntures | (3.266) | (12.541) |
| Juros/encargos sobre arrendamento | (112) | (41) |
| Amortização de custo de transação | (182) | (202) |
| Encargos sobre tributos e parcelamento | (69) | - |
| Comissões e despesas bancárias | (447) | (655) |
| Outras despesas financeiras | (112) | (12) |
| | <u>(4.188)</u> | <u>(13.451)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | <u>(2.786)</u> | <u>(10.627)</u> |

A variação evidenciada na linha de juros/encargos sobre financiamentos e debentures, corresponde a capitalização de juros iniciada no exercício de 2025 (Nota 3.8).

22) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos, correspondem as diferenças temporárias reconhecidas na apuração do lucro real da Companhia.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------------------------------------------|----------------|--------------|
| Corrente | | |
| IRPJ sobre lucro | (541) | (188) |
| CSLL sobre lucro | (203) | (86) |
| | <u>(744)</u> | <u>(274)</u> |
| Diferido | | |
| IRPJ diferido | (2.180) | (125) |
| CSLL diferido | (785) | (48) |
| | <u>(2.965)</u> | <u>(173)</u> |
| Resultado do imposto de renda e da contribuição social | <u>(3.709)</u> | <u>(447)</u> |

23) Gerenciamento de riscos financeiros

23.1) Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objetivo social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no município com o qual possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões no local em que opera, sendo que o respectivo contrato de concessão possui prazo de validade definido de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em caso de descumprimento relevante, rescindir o contrato de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 2.482 | 8.334 |
| Aplicações financeiras | 5.441 | 6.330 |
| Contas a receber de clientes | 9.285 | 7.495 |
| | <u>17.208</u> | <u>22.159</u> |

c) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------|---------------|----------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 2.482 | 8.334 |
| Aplicações financeiras | 5.441 | 6.330 |
| | <u>7.923</u> | <u>14.664</u> |
| Passivos financeiros | | |
| Debêntures e financiamentos | 98.735 | 100.810 |
| | <u>98.735</u> | <u>100.810</u> |

São Gabriel Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco cambial

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

Corresponde ao risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, caso necessário, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos (incluindo aporte dos sócios) de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------|
| Fornecedores | 583 | 971 |
| Debêntures e financiamentos | 98.735 | 100.810 |
| | <u>99.318</u> | <u>101.781</u> |

Análise de sensibilidade de eventuais mudanças do mercado:

| Instrumentos | Exposição em 2025 | Risco | Cenários | | | | | |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------|----------|----------------------|---------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|
| | | | Provável | | Variação do índice em 25% | | Variação do índice em 50% | |
| | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Ativos financeiros | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 5.441 | CDI | 6,36% | 346 | 7,95% | 433 | 9,54% | 519 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | |
| Debêntures e financiamentos | 98.735 | IPCA | 13,96% | 13.779 | 17,44% | 17.223 | 20,93% | 20.668 |
| Total líquido de ativos e passivos financeiros | | | | <u>14.125</u> | | <u>17.656</u> | | <u>21.187</u> |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | <u>-</u> | | <u>3.531</u> | | <u>7.062</u> |

23.2) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 2.482 | 8.334 |
| Aplicações financeiras | 5.441 | 6.330 |
| Contas a receber de clientes | 9.285 | 7.495 |
| | <u>17.208</u> | <u>22.159</u> |
| Passivos financeiros | | |
| Fornecedores | 583 | 971 |
| Debêntures e financiamentos | 98.735 | 100.810 |
| | <u>99.318</u> | <u>101.781</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.3) Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados através de procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição.

As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a questões ambientais é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

24) Cobertura de seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

| Seguradora | Tipo de cobertura | Valor segurado | |
|---------------------------|------------------------------------|-----------------------|---------------|
| | | 2025 | 2024 |
| AIG Seguros Brasil S.A. | Responsabilidade civil | 10.000 | 10.000 |
| Chubb Seguros Brasil S.A. | Riscos ambientais | 3.000 | 3.000 |
| Swiss Re Brasil | Garantias | 2.815 | 2.963 |
| Chubb Seguros Brasil S.A. | Riscos operacionais e patrimoniais | 73.204 | - |
| AXA Seguros, S.A. | Patrimonial | - | 38.084 |
| | | 89.019 | 54.047 |

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos contratos de concessão.

25) Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, estruturando um novo modelo de tributação aplicável a bens e serviços. Em 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214 (LC nº 214/2025), que regulamentou a substituição dos tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), caracterizando o chamado IVA Dual, além de detalhar a aplicação do Imposto Seletivo.

No setor de saneamento, as alterações introduzidas pela Reforma Tributária possuem relevância significativa, uma vez que modificam a estrutura de incidência tributária sobre a receita operacional das concessionárias. Embora tenha havido discussões legislativas acerca da possibilidade de inclusão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário entre os setores beneficiados com redução de 60% da alíquota padrão dos novos tributos, tal redução não foi mantida na versão final aprovada pela Câmara dos Deputados. Consequentemente, o setor permanece sujeito aos percentuais integrais previstos na regulamentação vigente, o que indica que o novo modelo tributário pode resultar em aumento da carga nominal incidente sobre as receitas tarifárias, dada a substituição das alíquotas atualmente aplicáveis por alíquotas combinadas projetadas do IBS e CBS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por outro lado, o novo regime introduzido pela LC nº 214/2025 contempla ampliação relevante da base de tomada de créditos, permitindo a compensação de um conjunto mais amplo de insumos, bens e serviços utilizados na prestação dos serviços públicos. Essa ampliação poderá mitigar, total ou parcialmente, os efeitos do aumento nominal das alíquotas, motivo pelo qual a Companhia vem analisando de forma detalhada os impactos líquidos decorrentes da transição tributária.

Além disso, vale destacar que a legislação brasileira assegura o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos quando alterações tributárias impactam seus custos, tema reafirmado pela Lei nº 14.133/2021 e pela LC nº 214/2025. Esta última dedicou capítulo específico aos efeitos da Reforma Tributária, prevendo expressamente, em seus artigos 373 a 377, a possibilidade de revisão ou recomposição de encargos — inclusive de forma prévia — para contratos em vigor, sobretudo aqueles firmados antes da Lei Complementar, reconhecendo que mudanças na carga tributária podem configurar alteração de ordem econômica. O procedimento de pleito é prioritário e admite diversos mecanismos de reequilíbrio, como ajustes tarifários, revisão de valores, renegociação de prazos ou compensações financeiras.

Nesse cenário, a Companhia está avaliando os potenciais efeitos da Reforma Tributária sobre seus custos, estrutura tarifária, contratos de concessão e modelo econômico-financeiro. Essas análises envolvem, entre outros aspectos:

- a revisão da carga tributária aplicável às receitas de prestação de serviços;
- a potencial necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, considerando o impacto tarifário associado;
- a modelagem e o aproveitamento de créditos tributários no novo regime; e
- possíveis repercussões sobre investimentos destinados à universalização dos serviços.

A Administração continuará monitorando a evolução regulatória, fiscal e setorial, bem como os desdobramentos decorrentes da implementação da Reforma Tributária, divulgando informações adicionais nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

* * *